

Esporte Clube Bahia

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Esporte Clube Bahia

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Esporte Clube Bahia
Camaçari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Esporte Clube Bahia (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Esporte Clube Bahia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1) e entidades desportivas profissionais - ITG 2003 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para o fato de que a Entidade em 31 de dezembro de 2022 apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante, excluído a rubrica ‘Receitas a apropriar’, de R\$ 77.568 mil (R\$ 73.310 mil em 2021) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 233.541 mil (R\$ 155.783 mil em 2021), evidenciando a necessidade de aportes financeiros. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. A continuidade futura das atividades operacionais dos negócios da Entidade, dependerá do sucesso nos esforços da sua gestão, com o objetivo de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades, considerando, inclusive, a operacionalização da SAF do Clube. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Parcelamentos e processos administrativos tributários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Entidade aderiu em 2015 ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), de acordo com a Lei nº 13.155 de 4 de agosto de 2015. Como resultado, a Entidade atualizou à época o valor de seus débitos e vinha recolhendo, desde então, os tributos e contribuições incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. No final de 2021 e no decorrer de 2022, a dívida tributária da Entidade passou por um processo de reestruturação com a migração total dos débitos do PROFUT, parcelamentos convencionais e outros débitos tributários correntes para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), transação instituída pela Lei n. 14.148/2021 e regulamentada na Portaria PGFN n.º 7.917/2021. Com a mensuração final dos efeitos de migração ao novo Programa, a dívida consolidada da Entidade em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 115.747 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1), entidades desportivas profissionais - ITG 2003 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

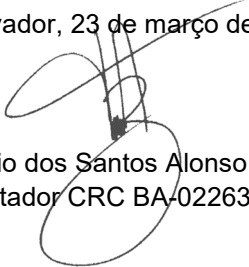
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de março de 2023.



Fábio dos Santos Alonso Martínez
Contador CRC BA-022630/O-7

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Esporte Clube Bahia

Balancos Patrimoniais Encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e Passivo a Descoberto	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.156	2.594	Empréstimos	9	651	2.104
Contas a receber	4	8.659	9.411	Fornecedores	10	24.312	23.350
Estoques		3.113	2.162	Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	11	48.513	38.939
Adiantamentos diversos		2.327	2.441	Direitos de imagem a pagar	12	8.689	6.402
Despesas antecipadas		1.836	-	Parcelamentos e processos administrativos tributários	13	6.126	4.028
Tributos a recuperar		-	67	Acordos a pagar	14	31.123	15.042
Ativos mantidos para venda	6	22.849	-	Receita a apropriar	15	48.307	18.745
Total do Ativo Circulante		41.940	16.675	Outros passivos		94	120
				Total do Passivo Circulante		167.815	108.730
Não Circulante				Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	3	1.260	1.175	Parcelamentos e processos administrativos tributários	13	109.621	99.228
Depósitos para recursos legais	5	22.376	21.352	Acordos a pagar	14	38.245	328
Total do realizável a longo prazo		23.636	22.527	Receita a apropriar	15	5.320	10.640
Propriedades para investimento	6	-	22.849	Provisão para riscos processuais	16	28.904	45.565
Imobilizado	7	23.259	23.978	Total do Passivo Não Circulante		182.090	155.761
Intangível	8	27.529	22.679				
Total do Ativo Não Circulante		74.424	92.033	Total do passivo		349.905	264.491
				Passivo a Descoberto			
				Ajustes de avaliação patrimonial	17	4.768	4.768
				Déficits acumulados	17	(238.309)	(160.551)
				Total do Passivo a Descoberto		(233.541)	(155.783)
Total do Ativo		116.364	108.708	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		116.364	108.708

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Esporte Clube Bahia

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Líquida das Atividades Operacionais	18	100.160	193.849
Custo das Atividades Operacionais	19	<u>(99.581)</u>	<u>(158.760)</u>
Superávit Bruto		579	35.089
(Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(7.518)	(8.248)
Despesas de serviços	21	(8.026)	(9.672)
Despesas tributárias		(5.280)	(1.196)
Depreciação e amortização		(1.431)	(1.599)
Perda na recuperação de créditos de sócios	1.1.	<u>(3.261)</u>	<u>(2.808)</u>
Total das (Despesas) Operacionais		<u>(25.516)</u>	<u>(23.523)</u>
(Déficit) Superávit Operacional antes das Outras (Receitas) Despesas e do Resultado Financeiro		<u>(24.937)</u>	<u>11.566</u>
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	22	<u>(35.581)</u>	<u>64.283</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	23	104	77
(Despesas) financeiras	23	<u>(17.344)</u>	<u>(48.175)</u>
Total do Resultado Financeiro		<u>(17.240)</u>	<u>(48.098)</u>
(Déficit) Superávit do Exercício		<u>(77.758)</u>	<u>27.751</u>

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Esporte Clube Bahia

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Déficit) superávit do exercício		(77.758)	27.751
Ajuste de avaliação patrimonial	17	-	4.768
Resultado abrangente do exercício		<u>(77.758)</u>	<u>32.519</u>

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Esporte Clube Bahia

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Déficits Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	4.768	(188.302)	(183.534)
Superávit do exercício	-	27.751	27.751
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.768	(160.551)	(155.783)
Déficit do exercício	-	(77.758)	(77.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.768	(238.309)	(233.541)

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Esporte Clube Bahia

Demonstração dos fluxos de caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(77.758)	27.751
Ajustes no (Déficit) Superávit pelo Não Impacto em Caixa e Equivalentes de Caixa			
Perda na recuperação de créditos de sócios	1.1.	3.261	2.808
Despesa por baixa de contas a receber	21	-	9.106
Despesa/ajuste por menos valia de propriedade para investimento	22	-	4.006
Despesa de depreciação do imobilizado	7	1.655	1.599
Despesa por baixa líquida do imobilizado	7	(225)	-
Despesa (receita) de amortização sobre direitos de jogadores	8	(6.791)	15.432
Ganho resgistrado através da baixa de amortização oriunda da dispensa de atletas	8	-	(30.027)
Despesas de provisão para contingências e acordos, líquido		46.718	10.685
Despesas de juros e encargos sobre empréstimos e tributos parcelados, líquido		11.339	32.844
Receita por reversão de juros e multas sobre parcelamentos	13.1.	(11.137)	(83.518)
Receita de rendimentos de aplicações financeiras vinculadas		(85)	(25)
Receitas não monetárias		(932)	(998)
Total do (Déficit) Superávit do Exercício Ajustado		(33.955)	(10.337)
Variações em Ativos e Passivos Operacionais			
Contas a receber		(2.509)	20.660
Estoques		(19)	5.135
Adiantamentos diversos		114	(1.149)
Despesas antecipadas		(1.836)	-
Tributos a recuperar		67	72
Depósitos para recursos legais		(1.024)	(15.038)
Fornecedores		962	(5.190)
Direitos de imagem a pagar		2.287	(2.593)
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais		9.574	5.029
Parcelamentos e processos administrativos tributários		12.677	24.132
Processos/acordos trabalhistas e cíveis		(5.998)	(4.397)
Receita a apropriar		24.242	(38.412)
Outros passivos		(26)	51
Total de Variações em Ativos e Passivos Operacionais		38.511	(11.700)
Pagamento de Contingências		(3.383)	(2)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais		1.173	(22.039)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Adições ao ativo imobilizado	7	(711)	(997)
Adições ao ativo intangível	8	(20.876)	(22.561)
Pagamento/recebimento pela compra/venda de jogadores, líquido		22.817	47.458
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento		1.230	23.900
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Transações com partes relacionadas	24	-	(500)
Captação de empréstimos e financiamentos	9	16.662	15.666
Pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	9	(18.503)	(14.758)
Caixa Líquido (Usado nas) Proveniente das Atividades de Financiamento		(1.841)	408
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		562	2.269
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.594	325
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3	3.156	2.594
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		562	2.269

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Esporte Clube Bahia (“ECB” ou “Clube” ou “Entidade”) é uma associação desportiva com personalidade jurídica própria, com sede na Fazenda Dias d’Ávila MGR02, s/n, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari-BA, na propriedade denominada Centro de Treinamento Evaristo de Macedo e tem por finalidade desenvolver, difundir e aprimorar os desportos e a educação física em todas as suas modalidades, em particular o futebol, sem visar lucros materiais de qualquer espécie. Além disso, poderá incentivar e exercer atividades de caráter competitivo, social, cultural e cívico mantendo laços de união e solidariedade com as entidades congêneres do estado, do país e do exterior, inclusive dando e recebendo colaboração necessária à consecução dessa finalidade. Para tanto, o ECB poderá constituir e controlar sociedade empresarial de prática desportiva, celebrar contratos com sociedades empresariais e com associações com e sem fins econômicos.

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e alterações posteriores, instituiu normas gerais sobre o desporto no Brasil. A compilação dessas Leis determina as relações jurídicas das entidades desportivas com os atletas profissionais, equiparando-as, para fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, às sociedades empresariais no que se refere aos aspectos fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis, trabalhistas e administrativos.

No ano de 2022, o ECB disputou o Campeonato Brasileiro - Série B, alcançando o principal objetivo da Temporada: o acesso à Série A do principal campeonato nacional de clubes do país. Para isso, a Administração utilizou de alavancagem financeira para operacionalizar a meta estabelecida para o Futebol Profissional, com necessidade de readequação do elenco, trocas de comando técnico, e novas contratações ao final da Temporada.

A Administração do Clube seguiu política de controle das despesas e priorização de investimentos com potencial para aumentar a performance desportiva, dificultada pelo período de descenso. Além do controle dos custos, a agremiação desenvolveu campanhas de marketing visando a recuperação e manutenção do programa de sócio torcedor.

1.1. Retomada pós Pandemia do COVID-19

A retomada gradual das atividades pós pandemia global provocada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), teve início com o Campeonato Baiano e Copa do Nordeste 2022. A Administração do Esporte Clube Bahia enveredou esforços para mitigar os impactos causados nos anos anteriores da pandemia que se estenderam nos patrimônios da Entidade para o exercício de 2022, porém administrados com as experiências adquiridas no período de calamidade. Os principais aspectos a comentar são:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Liquidez: Em 31 de dezembro de 2022, caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$3.156. O ECB realizou antecipações de recebíveis do contas a receber junto ao Banco Bradesco no montante total de R\$17.014, substancialmente liquidado dentro do exercício de 2022, restando saldo residual de R\$651 a ser liquidado no vencimento das parcelas de recebíveis de 2023. Ainda, a Entidade manteve negociações para extensão de prazos do contas a pagar com fornecedores e intensificou esforço para redução de custos fixos e variáveis, redução de despesas administrativas e postergações de projetos corporativos.

Perdas Esperadas de Crédito: A Entidade experimentou uma redução na inadimplência repactuada dos sócios, ou seja ela diminui de 16% em 2021 para 9% em 2022. Ainda, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade apurou perdas na recuperação de créditos de sócios, devidamente contabilizadas, no montante de R\$ 3.261 (R\$ 2.808 em 2021).

Redução ao Valor Recuperável dos Ativos: A eficácia das ações implementadas tem permitido a manutenção das atividades da Entidade, apesar do cenário ter sido bastante adverso. Dessa forma, o melhor julgamento da Administração é que não é necessária a constituição de provisões para perdas em suas operações. A Administração continuará monitorando cuidadosamente as flutuações de curto prazo nas premissas macroeconômicas relacionadas aos impactos da atividade da Entidade e qualquer efeito que possa ter nos fluxos de caixa esperados ou no custo de capital.

Medidas Adotadas Visando a Recuperação Econômica: Durante o ano de 2022, os riscos relacionados às frustrações de receitas e potenciais passivos contratuais oscilaram em função da disputa da Série B do Campeonato Brasileiro, motivando a continuidade do plano de contingenciamento iniciado em 2020, com medidas mitigatórias como:

- repactuações de obrigações contratuais (empregados, prestadores, fornecedores, patrocinadores e outros);
- parcelamentos fiscais com amparo de medida judicial; e
- plano de recuperação econômica e financeira, como campanhas para retenção e regularização de associados.

Nos últimos três anos, as ações relacionadas ao combate da crise financeira foram baseadas em atos legais, dos quais se destacam:

- Lei Nº 13.979, de 06/02/2020 (D.O.U de 07/02/2020);
- Medida Provisória nº 927, de 22/03/2020 (D.O.U. de 22/03/2020 – Edição Extra)
- Medida Provisória nº 936, de 01/04/2020 (D.O.U. de 01/04/2020 – Edição Extra);
- Portaria Nº 201, de 11/05/2020 (D.O.U. de 12/05/2020);
- Lei Nº 14.020, de 06/07/2020 (conversão da MPV 936/2020); e
- Lei Nº 14.148, de 03/05/2021(D.O.U. de 04/5/2021).

Todas as repercussões patrimoniais estão representadas nas notas explicativas, quando aplicável, baseadas nos respectivos registros contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Constituição da Sociedade Anônima do Futebol junto ao City Football Group

O Esporte Clube Bahia e o City Football Group (“CFG”) se uniram oficialmente, no dia 23 de setembro de 2022, para apresentar um projeto único no esporte brasileiro. A proposta ora mencionada diz respeito à constituição de uma Sociedade Anônima do Futebol (SAF) pelo Esporte Clube Bahia, em parceria com o CFG. O contrato determina que o grupo de investidores será responsável pela gestão completa da operação do futebol do Esporte Clube Bahia, não somente sob a perspectiva esportiva, incluindo divisões de base e profissional, tanto do futebol masculino quanto do feminino, mais também sob todos os demais aspectos do negócio, a exemplo de governança, comercial, marketing, tecnologia, entre outros.

O projeto, construído cuidadosamente por ambas as partes, visa trazer o que há de mais moderno no futebol mundial, elevando de forma profunda o profissionalismo da gestão do futebol do Clube. O CFG, hoje o maior conglomerado de clubes de futebol do mundo, pretende aplicar as melhores práticas globais à operação do futebol da nova Entidade, desde a captação de jovens atletas, passando pela gestão do desempenho esportivo, apoio individualizado aos jogadores em nutrição, fisiologia, fortalecimento físico e mental, e finalmente à formação e gestão de equipe.

A proposta de investimento para constituição da SAF, pelo Esporte Clube Bahia, define que o grupo de investidores será detentor de 90% das ações representativas do capital social da nova entidade os outros 10% permanecerão com a Associação que permanecerá com influência significativa na tomada de decisões relacionadas as ações implantadas no Clube.

A criação da SAF está condicionada a uma série de condições precedentes relacionadas a transferência da operação de futebol e de determinados ativos e passivos do Esporte Clube Bahia. Durante o ano de 2022, já foi possível observar algumas ações nesse sentido, entre elas os acordos firmados entre o ECB e a Ingresso Fácil e Liga Futebol S.A., empresa ligada ao Banco Opportunity. A provisão desses dois acordos gerou um passivo a pagar ao Esporte Clube Bahia de R\$ 55.300, sendo R\$ 35.000 referentes a Liga Futebol S.A. e R\$ 20.300 à Ingresso Fácil). Vide nota 14.

É importante salientar que um dos pontos que a Administração atual do ECB preservou e não abriu mão durante as negociações de constituição da SAF, está relacionado a propriedade intelectual do Clube, ou seja, seus signos (símbolo, brasão, marca, alcunha, hino e cores) continuarão sendo propriedade da Associação e permanecerão inalterados, bem como os troféus conquistados no passado pelo Clube continuarão sendo de propriedade da Associação e expostos no Museu do Clube. Eles serão licenciados para a SAF, que terá o direito e a obrigação de utilizá-los durante a vigência do contrato. Eventual mudança só poderá ocorrer mediante aprovação da Associação, observadas as disposições de seu estatuto social.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CFG se comprometeu ainda a manter ou ampliar programas icônicos desenvolvidos pelo Esporte Clube Bahia, ou desenvolver outros programas da mesma natureza e em benefício do mesmo público-alvo, por pelo menos 5 anos, como "Camisa Popular" (uniforme oficial de jogo mais barato), "Bermuda e Camiseta" (plano de sócio para quem ganha até R\$ 1.500,00/mês) e "Dignidade aos Ídolos" (bolsa para ex-jogadores em estado de necessidade). Além disso, as camisas 1 e 2, tradicionalmente conhecidas, deverão ser usadas em, no mínimo, 70% dos jogos.

Foram estabelecidas também uma série de regras de governança para o bom funcionamento do negócio:

1) Como sócia minoritária, a Associação participará das decisões da SAF, tendo o direito de indicar:

- ✓ 1 membro do Conselho de Administração (de um total de até 6); e
- ✓ 1 membro e 1 suplente do Conselho Fiscal da SAF (de um total de 3 membros e 3 suplentes).

2) A Associação terá poder de veto:

- ✓ Nos termos da lei, como detentora de ações Classe A, em temas como:
 - a. alteração da denominação;
 - b. modificação dos signos identificativos da equipe de futebol profissional, incluindo símbolo, brasão, marca, alcunha, hino e cores; e
 - c. mudança da sede para outro Município.
- ✓ Contratualmente, em temas da SAF como:
 - d. dissolução, liquidação, extinção ou reorganização judicial ou extrajudicial; e
 - e. fusões, spin-offs e transferência dos ativos da SAF para terceiros,

3) Foram definidas, ainda, regras para transparência e acesso a informações:

- ✓ A SAF fará ao menos 1 encontro anual de prestação de contas com a Associação (sendo 2 encontros no 1º ano após a constituição da SAF);
- ✓ A Associação terá acesso a informações que permitam verificar o cumprimento, pela SAF, das obrigações contratuais; e
- ✓ Nos termos da lei, a SAF está obrigada a disponibilizar publicamente uma série de informações a respeito do seu funcionamento.

Mesmo em se tratando de um projeto de longo prazo, faz-se necessário prever regras de proteção para eventuais mudanças na sociedade:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4) Caso o CFG decida eventualmente alienar o controle da SAF:

- ✓ Não poderá fazê-lo antes de decorridos 3 anos do fechamento do negócio (período de lock up);
- ✓ Os compromissos do contrato, incluindo os de investimento, devem ser honrados pelo novo investidor; e
- ✓ A Associação terá sempre direito de primeira oferta, com 4 meses de exclusividade para buscar um investidor de sua preferência. Isso significa que a Associação terá prioridade de achar um novo parceiro na remotíssima hipótese de alienação de controle pelo CFG.

Vale notar que o CFG nunca vendeu controle de nenhum dos 11 clubes em que investe.

Adicionalmente, o CFG terá uma opção de adquirir da Associação ações representativas de até 5% do capital social da SAF, adicionalmente à participação inicialmente prevista, opção esta que poderá ser exercida apenas após 31/12/2023, considerando:

- ✓ O preço a ser pago por esse percentual terá como referência o maior valor entre: (a) R\$ 1 bilhão ou (b) 5x a receita bruta da SAF, excluindo-se valores decorrentes da venda de jogadores;
- ✓ O investidor deverá obrigatoriamente comprar um mínimo de 2.5% caso exerça tal opção; e
- ✓ A Associação, em nenhuma hipótese, será diluída abaixo de 5% de participação e manterá os seus direitos políticos e de governança na SAF, a não ser que, por vontade própria e com aprovação dos associados, decida vender tal participação, única hipótese em que poderá deter participação inferior ao limite de 5% do capital social da SAF.

Em caso de falência ou dissolução da SAF, a Associação:

- ✓ Retoma uso exclusivo da propriedade intelectual (contrato de licenciamento deixa de ser válido);
- ✓ Retoma integralmente os direitos esportivos; e
- ✓ Elimina, ou deixa de valer a cláusula de não-competição com a SAF, em atividades relacionadas ao futebol..

Dentro de todo esse contexto, em 3 de dezembro de 2022, durante Assembleia Geral, os sócios do Clube aprovaram, com 98,83% dos votos, a adequação do estatuto do Clube à Lei nº 14.193/2021, possibilitando a constituição de uma SAF. Em seguida, houve nova votação para que a SAF aprovada fosse negociada com o investidor CFG, cuja aprovação foi efetuada por 98,53% dos 12.949 sócios que votaram na ocasião. A Administração do Clube espera concluir as condições precedentes definidas em contrato durante o ano de 2023 para então constituir a nova entidade e seguir com os novos rumos do Clube.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e a resolução do Conselho Federal de Contabilidade, específica para entidades desportivas - ITG 2003 (R1). Como referencial normativo, foram observadas as orientações do Manual de Contabilidade para Entidades Esportivas (v 1.1), elaborado pela Autoridade Pública de Governança de Futebol - APFUT em conjunto com os órgãos de classe dos contadores, bem como da Orientação Técnica Geral 2003 - Orientações sobre Aplicação da ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva, aprovada pela Resolução CFC 2019/OTG2003 de 5 de dezembro de 2019.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Demonstrações Financeiras Elaboradas no Pressuposto de Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, que pressupõe que o ECB será capaz de cumprir os prazos de pagamento das obrigações com fornecedores e demais credores, bancos ou de ordem tributária e trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2022, o ECB apresentou excesso de passivo circulante, excluído a rubrica de Receitas a apropriar sobre ativo circulante de R\$ 77.568 (R\$ 73.310 em 2021) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 233.541 (R\$ 155.783 em 2021), como resultado principal de: (i) perda de receitas de transmissão com o descenso à série B do Campeonato Brasileiro; (ii) verbas rescisórias de jogadores e comissões técnicas; e (iii) realização de Acordos que diminuiram perdas futuras da Entidade (Opportunity e Ingresso Fácil). Vide nota 14.

Apesar da posição patrimonial e financeira supracitada, a Administração entende que a continuidade futura das atividades operacionais dos negócios do Clube não será afetada. A readequação de seu orçamento, após o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro e a aprovação de constituição da SAF, detalhada anteriormente, que preveem investimentos na ordem de R\$ 1 bilhão nos próximos 15 anos, garantirão o capital de giro necessário para manutenção de suas operações ao longo dos próximos exercícios.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

O ECB baseia suas estimativas em aspectos históricos e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem:

- **Nota explicativa nº 4** - Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber;
- **Nota explicativa nº 7** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** - Mensuração de provisões para riscos em perdas com processos judiciais: principais premissas sobre prognóstico e magnitude das saídas de recursos.

2.5. Ativos e Passivos Financeiros

Ativos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (Baixa) de Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros devem ser anualmente revistos para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) será estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil será reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável será reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

A Administração do ECB efetua análise anual de todos os seus ativos de forma a identificar eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os valores em caixa, os depósitos bancários, bem como outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber das suas diversas fontes de receita no decurso normal das atividades do ECB, além de valores relativos a direitos adquiridos perante a terceiros em função do seu patrimônio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos a receber de Transcons e é calculada levando-se em consideração a expectativa de realização dos referidos créditos.

2.8. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) do contas a receber são calculadas com base na análise do "*aging list*", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.9. Estoques

São compostos por materiais esportivos e de consumo. Seus registros são efetuados na data do fato contábil pelo valor histórico. A apuração do custo se dá pelo critério de custo médio de aquisição.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao seu valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações financeiras e. O ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedades para investimento é reconhecido no resultado do exercício em que ocorra.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A transferência do saldo excedente entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo se faz diretamente para lucros ou prejuízos acumulados, e não por via da demonstração do resultado. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento a Entidade avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Entidade contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso, ou seja, até a data em que o imóvel ocupado pelo proprietário se torne propriedade para investimento contabilizada pelo valor justo, a Entidade deprecia a propriedade e reconhece quaisquer perdas por redução no valor recuperável (*impairment*) que porventura tenham ocorrido. Qualquer parte remanescente do aumento (saldo excedente entre o valor justo e o valor contábil) é creditada diretamente no patrimônio líquido quando da transferência para a conta de propriedade para investimento, em ajustes de avaliação patrimonial, como parte de outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Entidade transferiu os saldos em aberto nas rubricas de propriedades para investimento para o grupo do 'Ativo Circulante Mantido para Venda', tendo em vista a intenção da Administração em concluir a transação de venda do Centro de Treinamento Osório Villas Boas "Fazendão" e do terreno situado no bairro de Jardim das Margaridas em Salvador até o final do exercício de 2023. Vide nota 6.

2.11. Imobilizado

Itens do imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	Taxa anual (%)
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	20
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias	4

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a taxa de depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

2.12. Ativos Intangíveis

Conforme determina a Interpretação Técnica Geral 2003 (R1) – Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429/13 e esclarece a Orientação Técnica Geral 2003 - Orientações sobre Aplicação da ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva, aprovada pela Resolução CFC 2019/OTG2003 de 05 de dezembro de 2019, integram os ativos intangíveis os custos incorridos com a formação/aquisição de atletas, assim classificados:

- a) **Atletas em Formação** - incluem os gastos incorridos com os atletas em formação (base), atribuídos individualmente aos atletas ainda não profissionalizados. Os custos incorridos mensalmente com a formação de atletas são segregados das demais despesas/custos do ECB e, para os gastos comuns, utiliza-se critério de alocação uniforme para compor o custo individual de cada atleta, de acordo com o número de atletas em formação no mês em que são incorridos. A amortização ou baixa dos custos com formação de atletas ocorre a partir do momento em que o atleta é profissionalizado ou, integralmente, quando da dispensa do atleta em formação.
- b) **Atletas Formados** - incluem os custos acumulados durante a formação de atletas no ECB ou os custos contratados (valor do desembolso, comissões pagas aos agentes e outros) relativos aos direitos econômicos de atletas cujo direito federativo pertença à outra entidade, ainda não amortizados.

A amortização dos custos de atletas formados ocorre durante o período do contrato ou, integralmente, quando da cessão dos direitos a outras entidades.

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor as alterações aprovadas pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no dia 24 de novembro de 2017. Dentre as modificações aprovadas, a ITG 2003 (R1) – Entidade Desportiva Profissional retirou a alínea que incluía, de forma expressa, o registro do Direito de Imagem no ativo intangível e readequou a forma de representar o controle de Direitos Econômicos sobre negociações com atletas vinculados à entidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir da vigência desta norma, a contabilização obedece aos critérios gerais para registro de fornecedores, como também orienta o item “4.4.5 – Contratos de imagem a pagar” do Manual de Contabilidade para Entidades Esportivas (v 1.1), elaborado pela Autoridade Pública de Governança de Futebol - APFUT em conjunto com os órgãos de classe dos contadores.

No mês de janeiro do ano de 2018, os respectivos saldos no ativo intangível foram baixados contra o passivo (imagens a vencer) e a partir desse momento os registros passaram a obedecer à ITG 2003 (R1). Além dessa readequação, o controle de Direitos Econômicos sobre atletas vinculados ao ECB passou a ser representado conforme quadro a seguir:

Direitos Econômicos por Categoria (31/12/2022)

Direitos Econômicos (%)	Categorias		
	Base	Profissional	Total
até 20	6	6	12
21 a 40	-	1	1
41 a 60	5	5	10
61 a 80	10	-	10
81 a 100	112	16	128
Total de atletas vinculados	133	28	161

Direitos Econômicos por Categoria (31/12/2021)

Direitos Econômicos (%)	Categorias		
	Base	Profissional	Total
até 20	-	2	2
21 a 40	-	-	-
41 a 60	-	23	23
61 a 80	13	18	31
81 a 100	65	18	83
Total de atletas vinculados	78	61	139

2.13. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente a valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos incorridos na transação e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, ajustados até a data do balanço.

2.15. Provisões

Provisões são registradas quando o ECB passa a conhecer uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há expectativa de reembolso, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o direito possuir alta probabilidade de realização. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.16. Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.17. Reconhecimento de Receitas, Custos e Despesas

O ECB utiliza o regime de competência para o reconhecimento de receitas, custos e despesas.

a) Receitas das Atividades Operacionais

Geral: A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O Clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube e quando critérios específicos, legais e/ou contratuais, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do ECB.

Receitas de Vendas de Produtos: É reconhecida no resultado quando a Entidade satisfizer às obrigações de desempenho que significa a transferência do controle. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de Transmissão de Imagem e Luvas: As receitas de TV aberta e por assinatura (TV fechada) são decorrentes da participação do ECB nos contratos de cessão de direito de captação, fixação e transmissão de jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol, firmado com a Globo Comunicação e Participações Ltda. e com a Topsports Ventures Ltda. (empresa do grupo Turner, conhecida à época por Esporte Interativo), tendo como interveniente a Confederação Brasileira de Futebol. Até a edição da Orientação Técnica Geral 2003 (Resolução CFC 2019/OTG2003, de 5 de dezembro de 2019), as luvas, provenientes de contratos cujas cláusulas não previam qualquer hipótese de devolução ou obrigações de performance, eram integralmente registradas como receita na competência da assinatura. A partir do exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019, as práticas contábeis foram revisadas e adequadas para alinhamento às demais receitas com natureza de transmissão, cujo registro ocorre à medida que são auferidas no decorrer dos prazos contratuais. Em 2021, o Grupo Turner encerrou unilateralmente o contrato de transmissão para a TV Fechada, extinguindo todos os documentos contratuais. Em decorrência deste ato a obrigação de performance considera-se satisfeita nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade e o saldo de luvas a apropriar, referente às temporadas 2022, 2023 e 2024, reconhecido no grupo de receitas durante o exercício de 2021.

Receitas de Bilheteria e Premiações: Refere-se à receita proveniente da arrecadação de bilheteria pela venda de ingressos e por direitos decorrentes do contrato firmado entre o ECB e a Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (Arena Fonte Nova), também conhecido como “acesso garantido”, além de premiações alcançadas por desempenho nas competições, conforme respectivos regulamentos, todas apropriadas no mês em que o direito é adquirido.

Receitas de Patrocínio, Publicidades e Marketing: Refere-se aos contratos firmados entre o ECB e terceiros para veiculação de marca com finalidade promocional.

b) Custos das Atividades Operacionais: São os custos exclusivamente relacionados com as atividades de desporto. São representados principalmente pelas remunerações, benefícios e encargos sociais dos atletas, serviços médicos, amortização dos atestados liberatórios e dos custos com os empréstimos, venda de atletas e custos de competições (passagens, hospedagem, alimentação e uniformes). O custo de empréstimo de atletas é reconhecido no resultado proporcionalmente ao prazo estabelecido nos contratos de empréstimos.

2.18. Tributação

O ECB é uma entidade sem fins lucrativos, portanto goza dos seguintes benefícios fiscais:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 185 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22/11/18, e o artigo 195 da Constituição Federal.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Programa para Integração Social (PIS): pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.
- Instituto Nacional da Seguridade (INSS): recolhimento da quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta.

2.19. Informações por Segmento

O ECB opera no segmento desportivo na forma do seu estatuto, mantendo time de futebol profissional, categorias de base e futebol feminino, além do comércio varejista de produtos com marca própria (Esquadrão) e através de filial denominada Loja Esquadrão.

2.20. Novas Normas, Revisões e Interpretações Emitidas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

a) Pronunciamentos Novos ou Revisados Aplicados pela Primeira Vez em 2022

- **Alteração ao CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado:** A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao CPC25 /IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** esclarece: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao CPC15/IFRS 3 - Combinação de Negócios:** Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- **Aprimoramentos Anuais-Ciclo 2018-2020:**
 - ✓ CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - ✓ CPC 06 R2/IFRS 16 – Arrendamentos - Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Novas Normas, Revisões e Interpretações Emitidas Não Vigentes em 31 de dezembro de 2022

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- **Alteração ao CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações financeiras:** De acordo com o CPC 26/IAS1-Apresentação das Demonstrações financeiras, para uma entidade classificar passivos como não circulantes nessas suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Contudo, subsequentemente, em outubro de 2022, nova modificação foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

Essa alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco de o passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Ainda, essa mesma mudou a data de aplicação da alteração realizada em 2020. Desta forma, ambas as modificações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **CPC26/IAS 1- Apresentação das Demonstrações financeiras, Especificamente Novas Alterações sobre a Divulgação de Políticas Contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". Essas alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las e ainda esclarecem que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta modificação, o IASB também alterou a IFRS Demonstração Prática 2 - Aplicação de Julgamentos sobre Materialidade para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida modificação tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Alteração ao CPC23/IAS 8-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de modificações nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas modificações nas políticas contábeis são geralmente adotadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao CPC32/IAS 12-Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam os impostos (IRPJ e CSLL) diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (Ativos de direito de uso por arrendamento e respectivos passivos de arrendamento) e obrigações por descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o registro contábil adicional de impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos e passivos. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do ECB.

Ainda, não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do ECB.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	3.091	2.569
Caixa e bancos	64	24
Caixa e bancos – Filiais	1	1
	3.156	2.594

(a) Refere-se às aplicações automáticas nas principais contas correntes do ECB, realizadas pelo Banco Bradesco em fundos com rendimento diário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a aplicação da verba incentivada de patrocínio no Banco do Brasil, recurso atualizado no montante de R\$ 1.260 (R\$ 1.175 em 2021), está sendo apresentada no ativo não circulante em função da ausência de expectativa de liberação para sua utilização nos próximos doze meses.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estes saldos estão representados da seguinte forma:

	2022	2021
Transcons (a)	3.505	3.505
(-) Perda estimada na realização das Transcons	(1.753)	(1.753)
Contribuições de sócios (b)	3.760	1.818
Direitos Federativos	1.554	2.574
Outros (c)	1.103	2.462
Filial Loja Esquadrão	477	680
Direitos de Transmissão	13	125
	8.659	9.411
Outras contas a receber	3.535	3.535
(-) Provisão para perda na realização de créditos	(3.535)	(3.535)
	8.659	9.411

(a) Transcons - Por meio da escritura de desapropriação amigável celebrada com o Esporte Clube Bahia, em 28 de outubro de 2012 o Município de Salvador desapropriou o imóvel denominado "Sede de Praia", medindo 23.149 m², pelo valor total de R\$ 12.929. Este montante foi pago mediante emissão de certidão de Transferência do Direito de Construir - Transcon que pode ser utilizada pelo desapropriado em local a ser oportunamente indicado, ou alienar a terceiros o direito de construir relativo ao domínio que detinha sobre o imóvel ora desapropriado, equivalente a uma área de 46.298,50 m² com valor unitário padrão (VUP) de R\$ 558,51 e IU de 2,0.

Em 2015, a Administração do ECB finalizou entendimento com o Município de Salvador, compensando os valores do crédito com débitos fiscais do ECB com o Município, resultando no seguinte montante de Transcons:

Valor da Desapropriação		
Dimensão do Terreno (em m ²)	VUP (em R\$)	Valor Venal do Terreno (em Milhares de R\$)
a	b	c = a*b
23.149	1.684	38.988

Débitos com o Município de Salvador (em Milhares de R\$)			
Débito tributário	Construção judicial	Demolição	Total de Débitos
D	e	f	g = d + e + f
11.845	802	282	12.929

Desta forma, o saldo favorável ao ECB passou a ser de R\$ 26.055 após a dedução dos débitos com a Prefeitura Municipal de Salvador.

Deste valor, R\$ 13.600 em créditos de Transcons seriam cedidos à OAS para pagamento do Novo Centro de Treinamento, na divisa entre os municípios de Dias D'Ávila e Camaçari (Cidade Tricolor), na região metropolitana de Salvador.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 6 de janeiro de 2016, a Prefeitura Municipal de Salvador emitiu certidão ratificando ao ECB a posse do potencial construtivo de 16.146,17 m² de Transcons. O ECB procedeu atualização do montante registrado contabilmente, considerando um VUP de R\$ 1.971,00 em 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$ 31.827 em Transcons. Em dezembro de 2016, o ECB firmou Instrumento Particular de Transação no intuito de encerrar as demandas movidas em desfavor das empresas e no ano de 2017 as condições pactuadas foram atendidas, como segue:

- 1) O ECB realizou depósito judicial em favor da Planner Truste e Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em maio de 2017, no valor de R\$ 6.487 e cedeu 11.052,93 m² dos direitos de Transcons correspondente a R\$ 21.787, em outubro de 2017; e*
- 2) O ECB ficou responsável pela regularização cadastral e pagamento das despesas relacionadas com as transferências de propriedade dos imóveis e correspondentes débitos tributários municipais.*

No ano de 2017, o ECB quitou passivos renegociados com credores, pelo valor de face dos Transcons, no montante de R\$ 380. No ano de 2018, em função de normativo fazendário específico, o ECB quitou passivos tributários junto a Prefeitura de Salvador, pelo valor de face dos Transcons e no âmbito do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), no montante de R\$ 178. Neste mesmo exercício, também foram transferidos o equivalente a 10% dos Transcons a título de honorários advocatícios. No ano de 2019, em função de normativo fazendário específico, o ECB quitou o equivalente a 80% do IPTU corrente, no montante de R\$ 19 e pelo valor de face dos Transcons. Além disso, negociou o adiantamento de R\$ 215, referente aos serviços de obras em realização no Centro de Treinamento Evaristo de Macedo, mediante a cessão de 347,67 m² de Transcons realizadas a 63% do valor líquido contabilizado. No ano de 2020, foram negociados 1.060 m² de Transcons e realizados a 31% do valor líquido contabilizado, necessário ao suplemento de caixa.

No ano de 2021, não foram negociados Transcons e o saldo foi ajuizado como garantia de processo judicial. Essa situação não teve alteração durante o ano de 2022.

(b) Contribuição de Sócios: *trata-se de mensalidades em aberto referentes ao programa de sócio torcedor do Clube. A Administração não possui uma política de provisão para perdas dessas contas a receber com sócios torcedores. Ao invés disso, a partir do primeiro mês de inadimplência o sócio torcedor possui todos os benefícios do plano bloqueados. No sexto mês de inadimplência todo saldo em aberto em nome do sócio torcedor é baixado para perda e a sociedade é cancelada. Com base no conhecimento do negócio, a Administração do Clube entende não haver riscos de perdas significativas relacionados a esses recebíveis.*

(c) Outros: *referem-se à bilheteria, royalties pela concessão para exploração de marcas própria; patrocínio, loterias; mecanismo de solidariedade, programa de relacionamento, licenciamentos e outras.*

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2022	Percentual	2021	Percentual
A vencer	4.355	32%	4.107	28%
Vencidos de 1 a 30 dias	3.961	28%	1.820	12%
Vencidos de 31 a 90 dias	-	-	2.690	18%
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	530	4%
Vencidos de 121 a 180 dias	-	-	446	3%
Vencidos a mais de 180 dias	5.631	40%	5.106	35%
Total dos vencidos	9.592	68%	10.592	72%
	13.947	100%	14.699	100%
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.288)		(5.288)	
	8.659		9.411	

5. Depósitos para Recursos Legais

	2022	2021
Bloqueios judiciais	4.102	4.075
Depósitos judiciais	18.274	17.277
	22.376	21.352

O ECB é réu em processos de natureza cível e trabalhista que se encontram tramitando em esferas administrativa e judicial e vem depositando valores junto à Justiça, os quais são utilizados no pagamento de sentenças referentes a processos já encerrados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de depósitos judiciais não se encontram atualizados monetariamente.

6. Propriedades para Investimento e Ativos Mantidos para Venda

Em 24 de julho de 2021, após Assembleia Geral de Sócios, ficou definida a intenção de venda dos bens denominados “Fazendão” e “Terreno Margaridas”. Essa decisão ocasionou a transferência dos saldos do grupo de ‘Imobilizado’ para ‘Propriedades para Investimento’ naquele ano. Dessa forma, os imóveis foram avaliados a valor de mercado, respectivamente por R\$ 21.264 e R\$ 1.585, conforme laudo emitido em 1º de junho de 2021 por avaliador independente com qualificação profissional reconhecida e relevante, com experiência recente nos locais e nas categorias das propriedades para investimento avaliadas, conforme apresentadas a seguir:

	Valor de mercado
Centro de Treinamento - Osório Villas Boas	
Terreno (a)	1.585
Imóvel (b)	21.264
	22.849

(a) Terreno anexo ao Centro de Treinamento Osório Villas Boas (“Fazendão”), localizado na Rua Acácia Amarela, s/nº, Jardim das Margaridas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Refere-se ao antigo centro de treinamento do ECB, desativado atualmente, após a inauguração do Centro de Treinamento Evaristo de Macedo, em janeiro de 2020. Em 2021, a Entidade registrou a resultado o valor de R\$ 4.006 referente a variação do valor justo dessa propriedade durante o exercício, sendo R\$ 3.336 registrado na presente rubrica e R\$ 670 contra o imobilizado ajustando um saldo residual remanescente desta mesma propriedade para investimento.

Durante o exercício de 2022, a Administração efetivou a intenção da venda destes imóveis, com proposta aceita pelos sócios, restando apenas finalização de trâmites burocráticos para concretização do negócio. Com base na evolução das negociações e expectativa provável de que a situação será definida até o final do exercício subsequente, os saldos outrora registrados como propriedades para investimentos foram reclassificados e estão apresentados no grupo de 'Ativos Mantidos para Venda' em 31 de dezembro de 2022.

Esporte Clube Bahia



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias (a)	Veículos	Museu	Total
Custo								
Saldos em 1º/01/2021	11.787	3.578	625	2.032	10.735	150	17	28.924
Adições	-	243	145	24	575	-	10	997
Baixas	-	-	-	-	(1.003)	-	-	(1.003)
Saldos em 31/12/2021	11.787	3.821	770	2.056	10.307	150	27	28.918
Adições	-	218	87	9	397	-	-	711
Baixas	-	-	(29)	-	-	-	-	(29)
Transferências	-	153	-	-	(153)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	11.787	4.192	828	2.065	10.551	150	27	29.600
Depreciação acumulada								
Saldos em 1º/01/2021	(471)	(1.290)	(524)	(554)	(745)	(90)	-	(3.674)
Adições	(471)	(374)	(140)	(204)	(380)	(30)	-	(1.599)
Baixas	-	-	-	-	(333)	-	-	(333)
Saldos em 31/12/2021	(942)	(1.664)	(664)	(758)	(792)	(120)	-	(4.940)
Adições	(471)	(393)	(148)	(206)	(390)	(30)	(18)	(1.656)
Baixas	-	-	255	-	-	-	-	255
Transferências	-	(19)	-	-	19	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	(1.413)	(2.076)	(557)	(964)	(1.163)	(150)	(18)	(6.341)
Valor líquido								
Saldos em 31/12/2021	10.845	2.157	106	1.298	9.515	30	27	23.978
Saldos em 31/12/2022	10.374	2.116	271	1.101	9.388	-	9	23.259

(a) Em 2022 e 2021, foram realizadas benfeitorias em imóveis de terceiros materializadas pela construção da Filial Museu do Bahia.

Em 31 de dezembro de 2022, o ECB analisou a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (*impairment*) e a vida útil econômica dos bens para apuração das taxas de depreciação, não identificando necessidade de ajustes.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o ativo intangível do Clube está representado da seguinte forma:

	2022	2021
Divisão de base - custo dos atletas	20.158	14.442
Atletas formados/contratados (a)	6.304	7.170
Software	1.054	1.054
Marcas e Patentes	13	13
	27.529	22.679

(a) Refere-se ao saldo do quadro de movimentações a seguir representado, no valor de R\$ 10.225 (R\$ 20.138 em 2021), abatido o saldo das respectivas amortizações da coluna "Amortizações do intangível" do mesmo quadro, no montante de R\$ 3.921 (R\$ 12.967 em 2021).

Esporte Clube Bahia



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstramos no quadro abaixo as movimentações ocorridas nestas contas no exercício de 2022 e de 2021:

	Divisão de base - atletas	Atletas formados / contratados	Amortizações do Intangível	Software	Marcas e patentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.602	41.874	(27.562)	1.054	13	32.981
Adições						
Custos incorridos	12.827	-	-	-	-	12.827
Contratos firmados	-	9.734	-	-	-	9.734
Baixas						
Dispensa de atletas	(14.162)	-	-	-	-	(14.162)
Contratação de atletas	(1.826)	-	-	-	-	(1.826)
Rescisão de contrato	-	(31.470)	30.027	-	-	(1.443)
Amortizações do intangível	-	-	(15.432)	-	-	(15.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.441	20.138	(12.967)	1.054	13	22.679
Adições						
Custos incorridos	12.631	-	-	-	-	12.631
Contratos firmados	-	8.245	-	-	-	8.245
Baixas						
Dispensa de atletas	(5.388)	-	-	-	-	(5.388)
Contratação de atletas	(1.526)	-	-	-	-	(1.526)
Rescisão de contrato	-	(18.158)	2.255	-	-	(15.903)
Amortizações do intangível	-	-	6.791	-	-	6.791
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.158	10.225	(3.921)	1.054	13	27.529

Os atletas das categorias de base são avaliados periodicamente por uma equipe técnica especializada objetivando a identificação dos atletas que não possuem real potencial para atingir o futebol profissional para que os respectivos custos de formação sejam imediatamente amortizados.

Na média, a Administração não espera incorrer em perdas relevantes, sendo o custo dos atletas considerado inferior ao valor potencial de mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos

	2022	2021
Daycolval (a)	-	960
(-) Juros a apropriar	-	(36)
Banco Bradesco (b)	651	1.180
	651	2.104

(a) Em 4 de junho de 2021, foi firmada operação de empréstimo com o Banco Daycolval, garantida pelos recebíveis oriundos da cessão dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro da temporada de 2021, Cota fixa e Pay-Per-View, até a importância do valor contratado. Nesta operação, foram incorridos juros de R\$ 183, sob taxa efetiva de 4% do valor da operação, compondo o saldo da data da operação no montante de R\$ 4.685. Até dezembro de 2021, foram pagos R\$ 4.075, restando R\$ 610 a ser liquidado no vencimento das parcelas recebíveis. Além disso, o saldo de R\$ 350 referente ao uso de limite de crédito especial em 2021, foi quitado mediante depósito em conta junto ao banco no exercício 2022.

(b) Ao longo de 2022, o ECB realizou antecipações de recebíveis do contas a receber junto ao Banco Bradesco no montante total de R\$ 17.014, tendo liquidado R\$ 17.543 dentro do exercício, restando saldo de R\$ 651 (R\$ 1.180 de 2021) a ser liquidado no vencimento das parcelas de recebíveis.

Movimentação dos Empréstimos

	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.104	1.013
(+) Captações	16.662	15.702
(+) Juros contratados	388	147
(-) Amortizações (Principal + Juros)	(18.503)	(14.758)
Saldo em 31 de dezembro	651	2.104

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

O Clube não possui em seus contratos de empréstimos cláusulas restritivas que obriguem o cumprimento de garantias especiais.

10. Fornecedores

	2022	2021
Clubes, federações, CBF e agentes	16.284	13.652
Serviços	5.085	7.516
Máquinas, materiais e produtos	2.922	2.002
Outros	21	180
	24.312	23.350

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações Sociais, Trabalhistas e Fiscais

	2022	2021
Obrigações com pessoal, exceto Loja (a)	14.071	11.769
Obrigações com pessoal - Loja (a)	31	35
Obrigações previdenciárias, exceto Loja (a)	18.098	12.703
Obrigações previdenciárias - Loja (a)	19	411
Provisões (a)	1.982	5.357
Obrigações tributárias (b)	14.312	8.664
	48.513	38.939

(a) Em 2022, os saldos da folha e do 13º salário referentes ao exercício de 2021 foram quitados, bem como o 13º salário do exercício. A folha de pagamentos de dezembro de 2022 teve sua quitação no exercício fiscal seguinte, restando R\$ 14.102 referentes à saldo de salários e rescisões e R\$ 1.982 referentes a férias. Os saldos de obrigações previdenciárias são reflexos dos encargos sociais incidentes sobre folha de pagamento, 13º salário e férias provisionados, visto que o ECB, a despeito da sua condição de tributário especial, tem a responsabilidade pela retenção e recolhimento da contribuição previdenciária de empregados e de terceiros, assim como pela retenção e recolhimento dos encargos parafiscais, inclusive com terceiros (4,5% sobre a folha de pagamento).

(b) No ano de 2022, foram incluídos em transação tributária via PGFN (PERSE), o montante de R\$ 15.581, com reversão de multas e juros no montante de R\$ 11.317, vide nota explicativa nº 22. Além disso restaram saldos a pagar de tributos do exercício corrente, com quitação prevista pela Administração para o exercício social de 2023.

12. Direitos de Imagem a Pagar

Referem-se aos valores a pagar dos direitos contratuais dos atletas profissionais (direitos de imagem). Até 31 de dezembro de 2017, registrados em contrapartida do ativo intangível ou do resultado do exercício, conforme determinava a Interpretação Técnica Geral 2003 - Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429/13. A partir do mês de janeiro do ano de 2018, a ITG 2003 (R1) – Entidade Desportiva Profissional retirou a alínea que incluía, de forma expressa, o registro do Direito de Imagem no ativo intangível. A partir da vigência desta norma, a contabilização obedeceu aos critérios gerais para registro de fornecedores, como também orienta o item “4.4.5 - Contratos de imagem a pagar” do Manual de Contabilidade para Entidades Esportivas (v 1.1), elaborado pela Autoridade Pública de Governança de Futebol – APFUT em conjunto com os órgãos de classe dos contadores. No ano de 2021, devido à continuação da crise causada pela pandemia do COVID-19 (SARS-CoV2 ou novo coronavírus), essas obrigações se mantiveram no plano de contingência e tiveram seus prazos renegociados. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto na rubrica de direitos de imagem a pagar totalizava R\$ 8.689 (R\$ 6.402 em 2021).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Parcelamentos e Processos Administrativos Tributários

	2022	2021
Parcelamento PERSE (Nota 13.1)	103.322	91.012
Parcelamento PROFUT (Nota 13.2)	11.377	11.953
Parcelamento Convencional (Nota 13.2)	732	-
Parcelamento ICMS (Nota 13.3)	316	291
	115.747	103.256
Circulante	6.126	4.028
Não circulante	109.621	99.228

Em novembro e dezembro de 2015 o ECB protocolou adesão ao PROFUT, desistindo de todos os demais parcelamentos tributários então em curso. O novo parcelamento abrange os débitos previdenciários e fiscais federais das duas entidades, ECB e “BASA”.

O ECB optou pelo parcelamento especial do passivo remanescente em 240 meses para débitos no âmbito da RFB e PGFN e 180 meses para débitos administrados pela CAIXA (FGTS e CS). O débito é atualizado mensalmente pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

O inadimplemento de três parcelas ou de até duas prestações, se extintas todas as demais ou vencida a última prestação do parcelamento implicará em imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos. No ano de 2020, com o agravamento das dificuldades financeiras causadas pela pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2), a Entidade buscou sua regularidade fiscal com amparo judicial e em decretos federais emitidos para o enfrentamento da crise nacional, quitando parcelas na medida das oportunidades de caixa e planejando a regularização no primeiro trimestre do ano de 2021. Não obstante, o descumprimento da alínea “b”, inciso V, art. 4 da Lei 13.155/2015 guarda relação direta com a recessão global e o cenário foi observado pela Autoridade Pública de Governança de Futebol - APFUT no OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2021/SEESP/APFUT/MC, de 01/02/2021 ao dizer: “Entendendo todo o contexto atual macroeconômico, onde por conta dos efeitos de um cenário de pandemia, parte das receitas das entidades referente ao ano fiscal de 2020 será registrado neste ano de 2021, causando uma leitura distorcida dos balanços financeiros, a APFUT, com apoio dos membros de sua Plenária, com as competências que lhe cabe, idealizou proposta de alteração legislativa visando uma nova análise dos limites de déficit, para os efeitos do art. 4º, inciso V, da Lei do PROFUT, e que logo será encaminhada para trâmite junto à Presidência da República e Congresso Nacional”.

As medidas de enfrentamento da crise financeira incluíram, com amparo judicial, parcelamentos convencionais de débitos fiscais do ano corrente. Não obstante, também com amparo judicial, a dívida tributária passa por processo de reestruturação iniciado no final de 2021 com a migração dos débitos do PROFUT (exceto FGTS), parcelamentos convencionais e outros débitos tributários correntes para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), transação instituída pela Lei nº 14.148/2021 e regulamentada na Portaria PGFN nº 7.917/2021.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1. Parcelamento PERSE

Passivo tributário	Saldos em 31/12/2021	Inclusões	Juros	Reversões (a)	Pgtos.	Reclass.	Saldos em 31/12/2022
PERSE - PGFN - ECB_BASA	80.670	15.979	10.951	(11.137)	(3.483)	10.342	103.322
PERSE - Em migração	10.342	-	-	-	-	(10.342)	-
	91.012	15.979	10.951	(11.137)	(3.483)	-	103.322

Passivo tributário	Inclusões	Juros	Reversões (a)	Pgtos.	Reclass.	Saldos em 31/12/2021
PERSE - PGFN - ECB_BASA	32.338	27.977	(83.518)	(153)	104.026	80.670
PERSE - Em migração	-	-	-	-	10.342	10.342
	32.338	27.977	(83.518)	(153)	114.368	91.012

(a) Após consolidação pela PGFN de transação tributária, o "PERSE - PGFN - ECB_BASA" foi atualizado, tendo como consequência redução nas multas, juros e honorários advocatícios no montante de R\$ 11.137 em 2022 (R\$ 83.518 em 2021), registrado integralmente contra o resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está atualizado com base na Selic mensal.

13.2. Parcelamentos (PROFUT, Convencional + ICMS)

Passivo tributário	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Saldos em 31/12/2022
Débitos FGTS – ECB	11.604	-	(481)	11.123
Parcelamento Convencional	-	857	(124)	733
Parcelamento ICMS	291	678	(653)	316
ECB	11.895	1.535	(1.258)	12.172
Débitos FGTS – BASA	349	-	(96)	254
BASA (a)	349	-	(96)	254
	12.244	1.535	(1.230)	12.426

Passivo tributário	Saldos em 31/12/2020	Adições	Juros	Pgto.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2021
Débitos PGFN - ECB	3.346	-	99	(137)	(3.308)	-
Débitos RFB - ECB	38.819	-	1.151	(2.287)	(37.683)	-
Previdenciários RFB e PGFN - ECB	18.100	-	668	(848)	(17.920)	-
Débitos FGTS - ECB	11.829	-	879	(1.104)	-	11.604
Parcelamento Convencional	19.279	-	693	(2.027)	(17.945)	-
Parcelamento ICMS	-	291	-	-	-	291
ECB	91.373	291	3.490	(6.403)	(76.856)	11.895
Débitos PGFN - BASA	12.019	-	380	(709)	(11.690)	-
Débitos RFB - BASA	16.492	-	486	(1.023)	(15.955)	-
Previdenciários RFB e PGFN - BASA	9.568	-	299	-	(9.867)	-
Débitos FGTS - BASA	529	-	20	(200)	-	349
BASA (a)	38.608	-	1.185	(1.932)	(37.512)	349
	129.981	291	4.675	(8.335)	(114.368)	12.244

(a) Vide detalhes sobre o histórico do BASA na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Acordos a Pagar

	2022	2021
Acordão (a)	16.359	14.478
Acordos firmados (b)	53.009	-
Processos cíveis	-	507
Processos trabalhistas	-	385
	69.368	15.370
Circulante	31.123	15.042
Não circulante	38.245	328

(a) O ECB mantém com o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região procedimento conciliatório para quitar os acordos e processos trabalhistas conciliados e homologados, cuja liquidação financeira por parte do ECB não é possível em função da indisponibilidade de recursos. Este procedimento conciliatório garante a suspensão dos atos processuais que impliquem em penhoras online ou bloqueios de valores em contas correntes. Todos os valores a serem aportados destinam-se à liquidação dos processos, os quais são pagos aos favorecidos mediante os critérios definidos pelo Tribunal. Durante a pandemia em 2020, em audiência de conciliação junto ao TRT 5ª região, foi acordada com os credores a isenção/suspensão dos aportes relativos a alguns meses daquele ano, voltando a regularizar os aportes partir de novembro. Já em 2021 foram aportados ao todo R\$ 3.020. Em 2022, no que tange ao Acordão, houve renegociação dos valores a pagar no exercício, com aportes efetuados no montante de R\$ 4.041 para amortização da dívida. A programação para pagamentos a curto prazo, para o Acordão, gira em torno de R\$ 4.620 para o exercício seguinte e de R\$ 11.739 referente a longo prazo.

(b) Em 20 de abril de 2022, o ECB e a Ingresso Fácil encerraram o litígio dos processos 1107680-33-2014.8.26.0100 e 1107525-25.2017.8.26.0100 mediante acordo entre as partes, com pagamento no valor de R\$ 20.500. A Administração do Clube entende que esse saldo já foi levantado mediante depósitos em juízo. Com isso, o montante anteriormente provisionado como contingências cíveis, foi reclassificado para 'Acordos Firmados'. Em 31 de dezembro de 2022, ainda não havia a confirmação de que a Ingresso Fácil havia realizado a retirada do valor das contas em juízo, por essa razão não foi realizada amortização do saldo. O restante do valor que compõe a rubrica 'Acordos firmados', no montante aproximado de R\$35.000, refere-se ao litígio que o Clube possui com o Banco Opportunity, detalhado no item a seguir.

Esporte Clube Bahia S.A. ("BASA") versus Ligafutebol S.A. (Empresa do Grupo Opportunity)

Em 28 de setembro de 2006, a Ligafutebol S.A. (empresa do Grupo Opportunity) teria alienado a totalidade das ações ordinárias que possuía do Esporte Clube Bahia S.A. ao ECB, o qual teria se tornado o único acionista com direito a voto desta Sociedade, cujo, atividades estão descontinuadas. Adicionalmente, a Ligafutebol teria alienado ao ECB 2.815.000 ações preferenciais tipo "A" do total de 9.044.997 ações deste tipo pertencentes a empresa.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em razão destas alienações a participação dos acionistas no capital do Esporte Clube Bahia S.A. passaria a ser a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		Total	Percentual
		"A"	"B"		
Ligafutebol	-	6.229.997	14.993	6.244.990	34,69
Esporte Clube Bahia	6.000.000	5.754.992	-	11.754.992	65,31

Em face do contrato de alienação, o ECB teria reconhecido e confessado ser devedor à Ligafutebol S.A. do valor de R\$ 4.436 (R\$ 511 de mútuo e R\$ 3.925 referentes ao não exercício da opção de compra futura de atletas). Além disso, no mesmo contrato, o ECB e a sociedade Esporte Clube Bahia S.A. teriam desonerado a Ligafutebol S.A. e seus prepostos de toda e qualquer responsabilidade derivada da sua associação com o ECB na sociedade Esporte Clube Bahia S.A.

O Esporte Clube Bahia S.A. não manteve qualquer atividade operacional. O ECB vem honrando, com pagamentos e os débitos do Esporte Clube Bahia S.A., débitos estes já consolidados nas demonstrações financeiras do ECB pelas obrigações conhecidas desta Companhia ("BASA"). No ano de 2015, o BASA aderiu ao PROFUT, em conjunto com o ECB, reduzindo de forma consolidada em R\$ 34.025 a dívida das duas entidades, compondo a Nota Explicativa nº 13.

O último balancete contábil emitido pela sociedade Esporte Clube Bahia S.A., datado de 31 de dezembro de 2010, aponta um 'Passivo a Descoberto' no valor de R\$ 65.000. A atual diretoria do ECB pretende continuar honrando as dívidas do Esporte Clube Bahia S.A.

Em 29 de agosto de 2016, a Ligafutebol S.A. ingressou com ação ordinária face ao Esporte Clube Bahia e ao Esporte Clube Bahia S.A., com o objetivo de receber valores que entende que lhe são devidos em razão da referida alienação das ações do Esporte Clube Bahia S.A.

O processo tombado sob o nº 0274714-80.2016.8.19.0001 tramita perante a 50ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, já tendo sido apresentada contestação pelo Esporte Clube Bahia e Esporte Clube Bahia S.A. Existem importantes questões e fatos jurídicos que fundamentam a defesa, desde prescrições acerca dos valores que estão sendo cobrados, até o não cumprimento de condição de eficácia do negócio jurídico questionado.

Nesse cenário, em 29 de novembro do ano de 2017, o juízo responsável pelo julgamento da demanda proferiu sentença favorável ao Esporte Clube Bahia, julgando improcedentes os pedidos da Ligafutebol S.A., condenando-a ao pagamento das despesas processuais e dos honorários de sucumbência fixados em 10% sobre o valor da causa atualizada, havendo interposição de recurso de apelação para instância superior, cujo julgamento na data de 16 de outubro de 2018 anulou a sentença de primeiro grau e determinou o retorno dos autos para nova apreciação pelo juiz natural. Na data de 25 de março do ano de 2019, o juízo responsável pelo julgamento da demanda proferiu nova sentença e dessa vez desfavorável ao ECB. Após Embargos de Declaração rejeitados, fora interposto Recurso de Apelação cujo provimento fora negado. Após recurso ao STJ, fora apresentado Agravo em Recurso Especial que não fora conhecido pelo juízo do processo naquela Corte. Em virtude dessa decisão, o ECB apresentou Agravo Interno, além de ter apresentado pedido de reconsideração à decisão de não conhecimento do Agravo em Recurso Especial. Ambas as petições se encontram pendentes de apreciação e julgamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2022, em meio as negociações que envolvem o processo de transformação do ECB em Sociedade Anônima do Futebol (SAF), foi realizado acordo entre a LigaFutebol S.A. (Grupo Opportunity) e o ECB encerrando, em caráter irrevogável e irreatável, a Ação Judicial (Processo nº 0274714-80.2016.8.19.0001, 50ª VC/TJRJ) e o Agravo Interno no AREsp nº 1950544/RJ, mediante o pagamento, pelos Devedores Solidários, do valor nominal de R\$ 35.000. Vide nota explicativa nº 22.

15. Receitas a Apropriar

	2022	2021
Receitas a Apropriar		
Direito de transmissão (a)	27.166	-
Luvras - Direito de transmissão TV fechada/PPV (b)	4.467	6.700
Luvras - Direito de transmissão TV aberta (b)	2.200	3.300
Licenciamento / Direitos individuais	4.533	6.800
Patrocínio	2.627	1.936
CBF - Confederação Brasileira de Futebol (c)	11.900	3.300
Recebimento antecipado de sócios	613	687
Direitos Federativos (d)	-	5.940
Copa do Nordeste	750	1.600
	54.256	30.265
Impostos / Descontos a apropriar		
(-) INSS sobre receitas a apropriar - Luva	(333)	(500)
(-) INSS sobre antecipação de receita	(295)	(379)
	(628)	(879)
	53.627	29.385
Circulante	48.307	18.745
Não circulante	5.320	10.640

(a) Compõe o saldo de Direitos de Transmissão, parte das cotas referentes ao Campeonato Brasileiro - 'Série A 2023, conforme condições estabelecidas contratualmente.

(b) Luvras decorrentes do Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Edição e Transmissão, em TV Aberta e Internet, dos Sons e Imagens do Campeonato Brasileiro de Clubes da Série A - Temporadas 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

(c) Refere-se à antecipação de direitos da Copa do Brasil 2023 e do Contrato de Licença para Comercialização de Publicidade Estática nas Partidas do Campeonato Brasileiro de Clube da Série A - Temporadas de 2019 a 2023.

(d) Compõe o saldo de Direitos Federativos, no valor de R\$5.940, recebido pela negociação dos direitos federativos do atleta Eric Ramires em dezembro de 2021, cuja transferência dos direitos federativos ocorreu no mês de janeiro de 2022, conforme condições estabelecidas contratualmente.

16. Provisão para Riscos Processuais

O ECB é parte envolvida em processos fiscais, trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração do Clube, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos, tendo sido provisionadas e divulgadas as contingências passivas existentes, cujas perdas são consideradas prováveis, conforme posição demonstrada a seguir:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos Provisionados

Natureza	2022	2021
Trabalhistas	17.769	14.128
Cíveis	11.135	31.437
	28.904	45.565

A seguir demonstra-se a movimentação dos processos provisionados classificados como de risco de perda provável:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	45.565	37.738
Adições (a)	2.377	2.931
Atualizações (b)	9.007	4.898
Reversões (c)	(7.545)	-
Reclassificações (d)	(20.500)	-
Pagamentos	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro	28.904	45.565

(a) Refere-se a processos abertos no ano de 2022 contra o ECB os quais foram classificados como prováveis pelos consultores jurídicos do clube;

(b) Refere-se ao saldo líquido das atualizações de processos abertos em anos anteriores classificados como prováveis pelos consultores jurídicos do clube.

(c) Referem-se, basicamente, a processos cíveis classificados com o prognóstico de perda provável pelos consultores jurídicos do Clube no ano de 2021 que após movimentações ocorridas durante o exercício corrente tiveram alterações de valor e/ou prognóstico acarretando uma redução no saldo de contingências.

(d) As reclassificações ocorrem quando os processos trabalhistas são inseridos no Acórdão (Nota Explicativa nº 14), ou quando há acordo judicial ou extrajudicial. Em 2022, foi realizado acordo no valor de R\$ 20.500 (em 2021 as perdas estimadas eram de R\$ 25.000) referente ao processo da Ingresso Fácil.

Riscos Não Provisionados: Adicionalmente, o ECB é réu em diversos processos em curso, de naturezas trabalhista, tributária e cível, totalizando aproximadamente R\$ 21.181 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35.244 em 2021), para os quais o prognóstico de perda (desembolsos futuros) foi avaliado como possível ou remoto, não existindo qualquer provisão em relação a estes processos.

Depósitos Judiciais: Conforme descrito na nota explicativa 5, relativamente aos processos mencionados acima, em 31 de dezembro de 2022, o Clube possui depositado/bloqueado em juízo o montante de R\$ 22.376 (R\$ 21.352 em 2021), registrados no ativo não circulante, os quais não estão sendo atualizados monetariamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivo a Descoberto

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o ECB é uma associação desportiva sem fins econômicos, com personalidade jurídica própria, organizada na forma das leis civis do país sujeita às disposições e legislação federal, estadual, municipal e dos desportos.

Em 2020, na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, a Entidade reconheceu os efeitos entre o valor justo e o valor contábil quando da transferência de bens do imobilizado para propriedade para investimento, no montante de R\$ 4.768. Em 2021, após o reconhecimento inicial, a mensuração é realizada pelo método do valor justo, onde uma perda foi reconhecida no resultado como orienta o item 35 do CPC 28 (IAS 40) e o item 53 da ICPC 10. Na rubrica “Déficits acumulados” estão refletidos os superávits/déficits acumulados de cada exercício, desde a constituição do ECB.

18. Receita Líquida das Atividades Operacionais

	2022	2021
Receita bruta das atividades operacionais		
Receitas de transmissão de imagem e de luvas (a)	21.619	123.507
Receitas com negociação de direitos contratuais (b)	21.414	35.441
Sócios patrimonial e contribuinte	19.705	20.330
Receitas de patrocínio, publicidade e marketing	18.135	18.225
Receitas de acesso garantido, bilheteria e premiações	18.052	2.621
Receitas - Filiais	6.772	5.921
Loterias	1.925	1.906
Outras	724	698
	108.346	208.649
Deduções da receita		
(-) Impostos incidentes	(3.162)	(10.455)
(-) Impostos incidentes - Filiais	(1.487)	(1.459)
(-) Custo e deduções de venda - Loja	(3.537)	(2.886)
	(8.186)	(14.800)
	100.160	193.849

(a) Em janeiro de 2019, o ECB firmou contrato derivado do protocolo de intenções assinado no ano anterior, tendo como objeto a cessão dos direitos de transmissão em TV aberta e Pay-Per-View das temporadas de 2019 a 2024. Pela assinatura do contrato, o ECB fez jus às luvas no montante de R\$ 20.000, tendo recebido 50% (cinquenta por cento) em dezembro de 2018, na assinatura do protocolo de intenções. Em 2020, com o advento da pandemia causada pelo COVID-19 (novo coronavírus), a temporada do Campeonato Brasileiro foi adiada, com início em agosto e término programado para fevereiro de 2021. Com isso, parte das receitas fixa e de performance da temporada foi reconhecida do exercício 2021, quando a obrigação de performance foi satisfeita, bem como o reconhecimento integral da receita diferida referente às luvas incondicionais, no valor de R\$ 20.000, fruto da rescisão unilateral do contrato com a Topsports Ventures Ltda. (empresa do grupo Turner, conhecida à época por Esporte Interativo);

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Compreende os seguintes itens:

Ingresso de receitas	2022	2021
	Eric Ramires,	Gregore
Venda de Direitos Contratuais	Moisés Barbosa e Marcelo Ryan	Magalhães e Thiago Eduardo
Empréstimo e/ou Transf. definitiva	Matheus Saldanha	Matheus Saldanha
Taxa de vitrine	Gabriel Novaes	-

Nos termos da legislação vigente, a contribuição a cargo do ECB, destinada à Seguridade Social (“INSS Patronal”), é substituída por retenção sobre suas receitas (Bilheteria/Jogos, Patrocínios, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda, Transmissão de Espetáculos Desportivos, Loterias e Televisamentos), à alíquota de 5%.

Contratos com o Grupo Turner: No dia 2 de março de 2016, o ECB firmou contrato com a TopSports Ventures Ltda. (Esporte Interativo), empresa do grupo Turner, a qual é interveniente e solidariamente responsável pelo contrato, referente aos direitos de transmissão em TV fechada para o período de 2019 a 2024. Em decorrência da assinatura deste contrato, a TopSports pagou ao ECB o valor bruto de R\$ 40.000 (R\$ 38.000 líquidos) referente às luvas previstas contratualmente e sem qualquer obrigação vinculada; as chamadas taxas iniciais não restituíveis.

A efetivação das receitas referentes aos direitos de transmissão em TV fechada para as temporadas de 2019 a 2024 está condicionada à permanência na Série A do Campeonato Brasileiro em cada período. Desde 2018, foram mantidas as condições contratuais estabelecidas que garantem a efetivação das receitas referentes aos direitos de transmissão em TV fechada. Em 20 de março de 2019, o ECB firmou contrato com a Turner International com objetivo de estimular ações de mídia, patrocínios e ações comerciais em jogos. Ainda, destacamos que em 2021, o Grupo Turner exerceu o direito disposto no art. 13.2, em encerrar unilateralmente o contrato de transmissão para a TV Fechada ao final da Temporada 2021, extinguindo todos os documentos contratuais. Em decorrência deste ato a obrigação de performance considera-se satisfeita nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade e o saldo de luvas a apropriar, referente às temporadas 2022, 2023 e 2024, foi reconhecido no grupo de receitas pelo montante de R\$ 20.000 no exercício de 2021.

19. Custos das Atividades Operacionais

	2022	2021
Custo de Pessoal/Encargos/Benefícios, Exceto Loja	(72.142)	(106.258)
Custos de Pessoal/Encargos/Benefícios – Loja	(1.255)	(799)
Custos com Negociação e Formação de Atletas (a)	(21.842)	(41.063)
Custos de Viagens	(3.236)	(8.419)
Outros Custos	(1.106)	(2.221)
	(99.581)	(158.760)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os custos nas negociações de atletas foram impulsionados, principalmente, pelas intermediações nas vendas de jogadores como Eric Ramires e Marcelo Ryan, e pela manutenção de parte do elenco para a disputa dos campeonatos do exercício. O ECB amortizou R\$ 6.462 entre direitos contratados e empréstimos de jogadores contratados, R\$ 5.388 em atletas dispensados das categorias de base e R\$896 em atletas que foram promovidos da divisão de base ao elenco principal. Também compõem esses custos o mecanismo de solidariedade e as taxas de federação para inscrição e regularização dos jogadores que somados alcançaram um total de R\$ 778 em 2022.

20. Despesas Gerais e Administrativas

	2022	2021
Concessionárias (água, energia, telefonia, gás)	(1.178)	(1.283)
Marketing	(2.141)	(2.891)
Consumo	(1.190)	(1.080)
Manutenção	(652)	(721)
Aluguéis	(1.018)	(889)
Correios e Malotes	(130)	(218)
Fretes, Carretos e Deslocamentos	(815)	(554)
Custas, Taxas e Multas	(200)	(323)
Assinaturas de Periódicos	(124)	(115)
Cursos e Projetos	(21)	(25)
Comunicação	(6)	(3)
Diversas	(43)	(146)
	(7.518)	(8.248)

21. Despesas de Serviços

	2022	2021
Informática	(1.382)	(1.526)
Marketing	(108)	(1.594)
Jurídico	(1.322)	(2.192)
Manutenção	(616)	(526)
Consultoria e Auditoria	(2.628)	(1.466)
Segurança	(623)	(521)
Transporte	(908)	(660)
Médico	(301)	(1.166)
Diversos	(138)	(21)
	(8.026)	(9.672)

22. Outras Receitas (Despesas), Líquidas

	2022	2021
Receita por reversão de provisões (a)	11.136	83.518
(Despesas) de processos cíveis (b)	(39.496)	(6.722)
(Despesas) de processos trabalhistas (b)	(7.221)	(3.407)
(Despesa) por baixa de contas a receber (c)	-	(9.106)
	(35.581)	64.283

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Conforme detalhes na nota explicativa nº 13, após consolidação de transação tributária junto à PGFN (PERSE) da maioria dos parcelamentos tributários do Clube e débitos correntes, houve redução nas multas, juros e honorários advocatícios no montante de R\$ 11.136 em 2022 (R\$ 83.518 em 2021), registrados no presente exercício.

(b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 14 em meio as negociações que envolvem a transformação do Esporte Clube Bahia em Sociedade Anônima do Futebol foi realizado acordo entre o ECB e a Liga Futebol S.A., (empresa ligada ao Banco Opportunity) referente ao processo 0274714-80.2016.8.19.0001 no montante de R\$ 35.000. O saldo remanescente apresentado nas rubricas de processos cíveis e trabalhistas referem-se a outros processos antigos e novos que de acordo com os consultores jurídicos do Clube possuem prognóstico de perda provável em 31 de dezembro de 2022.

(c) Conforme detalhes na nota explicativa nº 4, após um novo entendimento realizado no ano de 2021 acerca da probabilidade de êxito no desfecho do processo indenizatório em decorrência da desapropriação indireta da área residual do imóvel no qual estava situada a antiga Sede de Praia do Clube, a Administração do ECB decidiu, conservadoramente, pela baixa a resultado no presente exercício do valor registrado no ativo circulante, no montante não atualizado de R\$ 9.106.

23. Resultado Financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	64	40
Descontos financeiros	21	8
Rendimento líquido sobre aplicação financeira	20	29
	104	77
Despesas financeiras		
Multas e juros (a)	(16.340)	(41.396)
Taxa bancária- Sócios	(779)	(466)
Despesas bancárias	(223)	(215)
Ajuste valor justo propriedade p/ investimento (Nota 6)	-	(4.006)
Variação cambial passiva	(2)	(2.092)
	(17.344)	(48.175)
	(17.240)	(48.098)

(a) Em 2021, em decorrência das atualizações de tributos não pagos, dos parcelamentos e das rescisões do PROFUT para adesão ao PERSE e honorários, foram registrados R\$ 32.660 em atualizações. Em 2022, a adesão de novos parcelamentos ensejou atualizações monetárias no montante de R\$ 11.132. Também são registradas nessas contas as multas e juros por atraso nos pagamentos de R\$ 5.207 (R\$ 8.378 em 2021).

24. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração e da Governança

	2022	2021
Salários e encargos sociais	2.252	1.624
	2.252	1.624

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os diretores.

25. Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

Considerações Gerais: No curso normal de suas operações, o ECB está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, câmbio e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

Gestão do Risco da Taxa de Juros: Este risco decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. O ECB sofre ganhos e perdas decorrentes de oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado, utilizando, sempre que possível, o *hedge* natural, proveniente do contas a pagar e do contas a receber.

Gestão do Risco de Taxa de Câmbio: O ECB possui transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são continuamente monitoradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas da Entidade, para avaliar a necessidade de uma eventual contratação de operações para proteger-se do risco de variação cambial.

Gestão do Risco de Liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio de resultado, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial, conforme segue:

	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.156	2.594
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	1.260	1.175
Contas a receber	Custo amortizado	8.659	9.411
Ativos mantidos para venda	Custo amortizado	22.849	-
Propriedades para investimento	Valor justo por meio do resultado	-	22.849
Total		35.924	36.029
Passivos financeiros			
Empréstimos	Custo amortizado	651	2.104
Fornecedores	Custo amortizado	24.312	23.350
Outros passivos	Custo amortizado	85	100
Total		25.048	25.554

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativos: O ECB não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, o ECB mantinha contrato de seguro de responsabilidade civil em eventos estatutários (assembleias de sócios, eleições e eventos ligados a grandes públicos) e operações de jogos realizadas diretamente pelo ECB (jogos fora da Arena Fonte Nova), conforme necessidade do evento.

Todos os atletas e funcionários encontram-se segurados nos termos da Lei nº 9.615/98 e do acordo coletivo das categorias profissionais. Os prêmios contratados variam de acordo com a remuneração do segurado. Assim como os prêmios, as indenizações são variáveis, vinculadas à remuneração dos segurados e com limite de pagamento até 13 vezes o valor da remuneração do segurado. As apólices têm vigência até 31 de janeiro de 2023, sendo renovadas mensalmente. O seguro de vida garante ao atleta profissional ou beneficiário por ele indicado o valor anual da remuneração pactuada (treze remunerações), além de garantir todas as despesas médico-hospitalares necessárias ao restabelecimento do atleta, quando aplicável.

A ECB contratou seguros para cobertura do seu ativo imobilizado para o Centro de Treinamento Evaristo de Macedo com prêmio de R\$ 33 e cobertura máxima de R\$ 18.500 e para a Filial Loja Esquadrão com prêmio de R\$ 4 e cobertura máxima de R\$ 1.650.

27. Manutenção de Atividade Econômica (Marca Própria, Loja de Comércio Varejista e Museu do Bahia)

O comércio varejista de produtos esportivos e outros com marcas de propriedade do Esporte Clube Bahia, por meio de sua filial Loja Esquadrão, atingiu cerca de R\$ 6.738 de receita bruta com vendas em 2022 (R\$ 5.921 em 2021).

A marca e a loja próprias também viabilizaram uma maior variedade de produtos para sócios, torcedores, turistas e clientes em geral. Com a consolidação da Esquadrão, o varejo alcançou um mix de produtos alinhado com as demandas de mercado e será revisado quando a economia der sinais de recuperação após o enfrentamento da pandemia.

Inaugurada em 20 de dezembro de 2018, a Loja Esquadrão completou três anos de funcionamento, tendo em sua loja virtual (e-commerce) a maior expansão de mercado, por meio do endereço eletrônico: <https://www.lojaesquadrao.com.br>.

Esporte Clube Bahia



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inaugurado em 11 de junho de 2022, com curadoria de Daniel Rangel, mesmo curador do MAM (Museu de Arte Moderna), o Museu do Bahia tem como conceito evidenciar a forte ligação do clube com sua torcida e a cultura do Estado, transcendendo a mera exposição de objetos históricos, também com obras de diversos artistas baianos, numa linguagem atual e de interação com os visitantes. Foram recuperados mais de 30 troféus, entre réplicas e restaurações. Com investimentos próprios e algumas doações, além da ajuda de colecionadores, o Bahia também construiu um grande acervo fotográfico e de vídeos, incluindo todo material bruto do celebrado documentário 'Bahêa Minha Vida'.

* * * *